



SERGIPE, GOVERNO DE TODOS
DESENVOLVER E INCLUIR

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2007-2010

COORDENAÇÃO

SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN

SECRETÁRIO-ADJUNTO DO PLANEJAMENTO

GUILHERME MAIA REBOUÇAS

EQUIPE TÉCNICA – NÚCLEO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

ANA GEORGIA DE ALMEIDA SANTOS PEREIRA

ANDRÉA CRISTINA ANDRADE MACÊDO

CIRO BRASIL DE ANDRADE

VILMA FONTES FIGUEIREDO

EQUIPE DE APOIO DE INFORMÁTICA

ALISON SILVA

MANOEL PEREIRA DOS SANTOS

GOVERNO DE SERGIPE

MARCELO DÉDA CHAGAS
GOVERNADOR

BELIVALDO CHAGAS SILVA
VICE-GOVERNADOR

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CLÓVIS BARBOSA DE MELO
Secretário de Estado de Governo

JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR
Secretário de Estado–Chefe da Casa Civil

JORGE ALBERTO TELES PRADO
Secretário de Estado da Administração

NILSON NASCIMENTO LIMA
Secretário de Estado da Fazenda

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN
Secretária de Estado do Planejamento

KÉRCIO SILVA PINTO
Secretário de Estado da Segurança Pública

BENEDITO DE FIGUEIREDO
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

JOSÉ FERNANDES DE LIMA
Secretário de Estado da Educação

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS
Secretário de Estado da Cultura

ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Secretário de Estado da Saúde

PAULO CARVALHO VIANA
Secretário de Estado da Agricultura e do
Desenvolvimento Agrário

OSVALDO ALVES DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Estado da Infra-estrutura

JOÃO BOSCO DE MENDONÇA
Secretário de Estado dos Transportes
e da Integração Metropolitana

JORGE SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Desenvolvimento
Econômico e da Ciência e Tecnologia

ANA LÚCIA VIEIRA MENEZES
Secretária de Estado da Inclusão, Assistência
e Desenvolvimento Social

JOSÉ RENATO VIEIRA BRANDÃO
Secretário de Estado do Trabalho, da Juventude
e da Promoção da Igualdade Social

MÁRCIO COSTA MACÊDO
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA
Secretário de Estado do Turismo

JOSÉ LEÓ DE CARVALHO FILHO
Secretário de Estado do Esporte e do Lazer

ELOÍSA DA SILVA GALDINO
Secretária de Estado da Comunicação Social

JOÃO BOSCO DA COSTA
Secretário de Estado das Cidades e
da Integração Municipal

JORGE ARAÚJO
Secretário Especial da Articulação Política
e das Relações Institucionais

EDSON ULISSES DE MELO
Procurador-Geral do Estado

ELBER BATALHA DE GOES
Defensor Público-Geral do Estado

ADINELSON ALVES DA SILVA
Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

PEDRO MARCOS LOPES
Secretário-Chefe do Escritório de Representação
do Estado de Sergipe em Brasília

Tenente-Coronel QOPM CARLOS AUGUSTO DE LIMA BISPO
Chefe do Gabinete Militar do Governo do Estado



06 INTRODUÇÃO

08 VISÃO ESTRATÉGICA

OPORTUNIDADES E DIFICULDADES...10
VALORES QUE NOS GUIAM...11
MISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO...12
VISÃO DE FUTURO...13

14 EIXOS DE COMBATE A DESIGUALDADE

INCLUSÃO PELO DIREITO...14
DIRETRIZES DA INCLUSÃO PELO DIREITO...17
INCLUSÃO PELA RENDA...18
DIRETRIZES DA INCLUSÃO PELA RENDA...19



21 AS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS, PROGRAMAS E AÇÕES



34 CORRESPONDÊNCIA DO PLANO ESTRATÉGICO COM AS METAS DO MILÊNIO



36 INTERSETORIALIDADE

42 METODOLOGIA

PLANEJAR PARA QUÊ?...40
PLANEJAR PARA QUEM?...41
COMO SE ELABORA UM PLANO ESTRATÉGICO?...42
COMO SE AVALIAM OS RESULTADOS?...47

52 ÓRGÃOS PARTICIPANTES

54 CONCLUSÃO



Sergipe, um governo de todos,

tem um compromisso inarredável com as mudanças. Mudar conceitos, mudar a cultura administrativa, os paradigmas gerenciais e as prioridades, de modo a atender, da melhor forma possível, às demandas sociais e econômicas do nosso estado.

Neste contexto, o Plano Estratégico é um importante instrumento de gestão para a Administração Pública, na medida em que estabelece os parâmetros que vão direcionar toda a equipe e fornece aos líderes e gestores a possibilidade de controle e de obtenção de informações essenciais para a tomada de decisão, com ética e transparência nas informações, permitindo os ajustes e mudanças de rumo no decorrer do período.

Contando com a participação atuante das secretarias e demais entidades da Administração Pública Estadual na elaboração deste Planejamento, obtivemos, como resultado, um Plano Estratégico que reflete o nosso compromisso para com o estado e a sua população.

Na primeira etapa dos trabalhos foram definidos, de forma participativa, os Valores, a Missão e a Visão de Futuro. Em seguida, as secretarias e demais entidades trabalharam na definição de diretrizes, programas e respectivos objetivos e linhas de ação, com foco na Missão e Visão de Futuro estabelecidas.

A Secretaria do Planejamento – SEPLAN, com base nas propostas encaminhadas pelas diversas áreas, desenvolveu o trabalho de validação e consolidação, culminando na elaboração do Plano Estratégico do Governo de Sergipe para o período 2007-2010, que ora está sendo apresentado ao conjunto da administração.

Este plano representa a conclusão da primeira etapa de um grande processo, essencial para a organização da máquina estadual, e, juntamente com o Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo, permitirá a Sergipe um novo modelo de desenvolvimento voltado para a redução da exclusão social e das desigualdades regionais.

A primeira parte trata da visão estratégica do governo. Apresenta as dificuldades e oportunidades identificadas no contexto político, econômico e fiscal do estado, seguido dos Valores, da Missão e da Visão de Futuro que guiam a administração “Sergipe, Governo de Todos.”

Na seqüência, são abordados os Eixos de Atuação do governo, com foco na redução da exclusão social e das

desigualdades, pelo Direito e pela Renda, e, por fim, são apresentadas as Diretrizes Estratégicas que deverão nortear todas as ações do governo, acompanhadas do conjunto de Programas Estratégicos, seus respectivos objetivos e principais linhas de ação.

A metodologia é apresentada em seguida, expondo as etapas de elaboração do plano e respondendo a questões fundamentais que demonstram a importância do planejamento para a obtenção de resultados efetivos.

Baseado na convergência de esforços, na integração de ações e na priorização dos recursos disponíveis, este Plano Estratégico representa o ponto de partida para um novo ciclo de crescimento em nosso estado que não se reverta exclusivamente em favor de poucos, mas que alcance amplos e cada vez maiores contingentes de sergipanos, construindo, efetivamente, um Sergipe Para Todos.



Olhar o futuro



OPORTUNIDADES E DIFICULDADES

A elaboração de um Plano Estratégico para Sergipe deve levar em consideração as dificuldades e oportunidades presentes no contexto político, econômico e fiscal com o qual a nova gestão se depara. Deste modo, a realização de um Planejamento Estratégico requer, sobretudo, a análise dos ambientes interno e externo em que o governo está inserido, de modo a buscar os melhores caminhos para reduzir ou combater as dificuldades e otimizar as oportunidades.

Assim, foram diagnosticadas as seguintes oportunidades e ameaças:

OPORTUNIDADES A SEREM APROVEITADAS

- **Estabilidade Macroeconômica:** a consolidação da estabilidade macroeconômica vem gradualmente possibilitando a redução das taxas de juros, dando perspectivas de um crescimento continuado e sustentável da economia nacional;
- **PAC - Programa de Aceleração do Crescimento:** o PAC é uma série de medidas econômicas, políticas e sociais definidas pelo Governo Federal, com o objetivo de alavancar o crescimento da economia brasileira nos próximos quatro anos. Para Sergipe, o programa prevê: investimentos da Petrobras da ordem de R\$ 3,611 bilhões; a duplicação da BR 101; a construção do canal de Xingó e continuação do projeto Jacaré-Curituba; e a revitalização do São Francisco; além da possibilidade de consideráveis aportes nas áreas de habitação e saneamento;
- **Convergência Programática entre os Governos Federal e Estadual:** a partir desse fato, vislumbra-se uma grande oportunidade de se consolidar uma agenda comum de desenvolvimento, que maximize a utilização dos programas e recursos oferecidos pelo Governo Federal, notadamente aqueles do PAC, no PPA Estadual.

DIFICULDADES A SEREM ENFRENTADAS

- **Dificuldades financeiras do estado:** na área fiscal, os desafios se mostram preocupantes e um grande esforço será necessário no sentido de equilibrar as contas do estado. Em 2006, o estado teve um crescimento de 23,09% na despesa corrente líquida em relação a 2005, contra apenas 11% no aumento da receita no mesmo período. Houve um déficit no fundo previdenciário do estado, que chegou ao fim do ano com somente R\$ 16 milhões e 600 mil, um valor bem inferior ao alcançado ao fim de 2005, que foi de R\$ 75 milhões e 900 mil. Desde o ano passado, o estado não alcança um superávit nas contas, comprometendo a renegociação das dívidas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- **Dificuldade de cumprimento das exigências legais para a obtenção de financiamentos:** além do desequilíbrio nas contas, o estado passa por dificuldades para obter acesso a recursos do Orçamento da União e para contrair operações de crédito, em função do descumprimento dos limites de gasto com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, por parte do Poder Legislativo (Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado) e do Ministério Público.

- **Gerenciamento público ineficiente:** o atual governo encontrou o estado com programas e projetos mal definidos, sem coordenação, monitoramento e avaliação; políticas públicas desarticuladas; quadro técnico insuficiente e desvalorizado e sistemas e base de dados sucateados e desintegrados.
- **Resistência a mudanças e ao planejamento de longo prazo:** o novo enfoque da atual gestão, com ênfase no planejamento participativo e territorializado, requer mudanças de cultura organizacional e da forma de atuação da Administração Pública, o que pode gerar dificuldades na implementação destes novos instrumentos.

VALORES QUE NOS GUIAM

Valores são normas e princípios que orientam nosso comportamento e definem nossas atitudes diante da vida. Seguimos nossos valores porque acreditamos nesse caminho. Tudo o que fazemos, nossas relações com as pessoas e nossas reações aos fatos do mundo são determinados por eles. Com o passar dos anos, os valores viram compromissos. É a atitude esperada de um homem ou de uma mulher, na sua comunidade, onde vive e onde todos o (a) conhecem e sabem do que é capaz. Os valores que guiam a administração "Sergipe, Governo de Todos" são compromissos assumidos pelo Governador Marcelo Déda perante o povo de Sergipe e serão como faróis a orientar o trabalho de toda a sua equipe. Aqui estão eles:

- **PARTICIPAÇÃO POPULAR:** a democracia vivida no cotidiano e aprofundada em vários níveis de decisão possíveis, trazendo o cidadão para bem perto do seu governo e elevando o controle social e a cidadania. Isso corrige um dos principais desvios do Estado brasileiro, que é a concentração de renda e poder, cuja pior consequência é a exclusão social.
- **SUSTENTABILIDADE DO PLANO:** ela depende diretamente da contínua atitude de Responsabilidade Fiscal, Social, Ambiental e Gerencial. A preservação de nosso patrimônio – seja ele financeiro, natural, cultural e administrativo – é a chave para que as próximas gerações de sergipanos possam continuar sobrevivendo em seu território com qualidade de vida.
- **TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO:** tarefas dos gestores públicos que complementam o controle social, garantido pela participação popular. São comportamentos que tranquilizam a sociedade no sentido de que os recursos públicos estão sendo destinados de forma correta para a sua finalidade e que todos os cidadãos serão respeitados em sua individualidade, mas que o compromisso maior do Estado será sempre com o bem comum.
- **GESTÃO PÚBLICA DE QUALIDADE:** eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas é a maior meta a ser alcançada pelos gestores, atendendo à demanda dos cidadãos e garantindo serviços públicos que proporcionem a igualdade de oportunidades a todos. Os usuários dos serviços públicos não podem começar em desvantagem nem serem considerados inferiores aos demais cidadãos.
- **INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS:** espírito de equipe, coesão inter e intra-institucional, implantando uma nova cultura entre os gestores e servidores públicos, onde os processos são coordenados, gerenciados e avaliados, as pessoas responsáveis e éticas são valorizadas e os gestores cooperam mutuamente para garantir a realização das diretrizes de políticas públicas e as metas respectivas.
- **INCLUSÃO SOCIAL:** igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, priorizando políticas públicas voltadas para o atendimento da parcela da população mais pobre e vulnerável.

MISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO “SERGIPE, GOVERNO DE TODOS”

Desde a Declaração dos Direitos Humanos que se luta para que os governos de todo o mundo garantam a todas as pessoas as condições para uma vida digna. Uma das mais importantes funções do Estado Democrático é assegurar condições de vida digna à população, a fim de que ricos e pobres, uma vez iguais perante a Lei e o Estado, tenham as mesmas oportunidades. A pobreza e a pequena capacidade de produzir riquezas fazem com que muitos países precisem de ajuda humanitária para sobreviver. Há muito que o Brasil deixou de ser um país pobre e se industrializou. Essa justificativa não se aplica mais ao nosso caso. A pobreza no Brasil é decorrente da concentração da renda, que por sua vez é consequência, em boa parte, das políticas públicas, além da própria estrutura da economia periférica e monopolista. A maior dívida brasileira não é monetária, mas sim constituída pela ausência de oportunidades iguais de sobrevivência, levando os mais pobres – a maioria da população – à condição de excluídos sociais. Essa exclusão é também demarcada espacialmente, sendo particularmente intensa nas periferias das grandes cidades e nas regiões Norte e Nordeste do país. As políticas públicas na área social devem prover as condições necessárias para a sobrevivência dessas pessoas e as políticas públicas para o crescimento econômico devem criar as condições mais favoráveis para os negócios, estimulando setores e atividades produtivas menos concentradores de renda e fortes geradores de ocupação e emprego. O objetivo é completar a inclusão social com a inclusão econômica, para que esses brasileiros e sergipanos não mais precisem do auxílio do Estado para sobreviver.

Como governo de um estado nordestino, parte deste Brasil tão desigual, não poderia haver plano maior que a inclusão dessas populações nos mercados de trabalho e de consumo e no pleno exercício dos direitos humanos: liberdade, alimento, cultura, lazer, saúde, educação, segurança e paz.

A EXPRESSÃO DESSA BUSCA POR JUSTIÇA SOCIAL É A MISSÃO DO GOVERNO:

COM BASE NA ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR, PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, UTILIZANDO AS POTENCIALIDADES REGIONAIS COMO INSTRUMENTO DE SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES.

VISÃO DE FUTURO

Após os quatro anos que vão de 2007 a 2010, se não for possível concluir esse processo de inclusão social e desenvolvimento econômico, desejamos atingir um estágio de consolidação das políticas públicas nesse rumo, e sermos reconhecidos pelos sergipanos como gestores capazes de alcançar as metas traçadas e cumprir os compromissos assumidos no nível político-eleitoral.

NOSSA VISÃO DE FUTURO É:

SERGIPE SERÁ RECONHECIDO COMO UM ESTADO QUE PROMOVEU A INCLUSÃO SOCIAL E REDUZIU AS DESIGUALDADES TERRITORIAIS MEDIANTE UMA NOVA CULTURA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DE GESTÃO PÚBLICA, A GARANTIA DO ACESSO UNIVERSAL AOS SERVIÇOS PÚBLICOS, O APOIO AFIRMATIVO ÀS POPULAÇÕES COM NECESSIDADES DIFERENCIADAS E UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



Igualdade para todos

A inclusão social, foco principal deste governo, precisa acontecer apoiada em dois pilares: 1) A universalização dos direitos, que permite a qualquer sergipano a mesma oportunidade de crescer com saúde, educação, respeito à sua cultura, segurança, alimentação e moradia; 2) O desenvolvimento econômico em todo o estado, atraindo novos parceiros, utilizando as potencialidades regionais como fator de produção, tanto no espaço urbano quanto no espaço rural. Assim, a capacidade gerencial de administrar com qualidade a máquina pública deve ser buscada, não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de precisão para executar as políticas públicas e cumprir os compromissos assumidos com os cidadãos sergipanos.



Inclusão pelo Direito

Que futuro estamos proporcionando às crianças e jovens que crescem com doenças decorrentes da falta de alimentação adequada, ou de higiene e saneamento, que moram precariamente, que não conseguem ir à escola ou concluir seus cursos, que têm sua auto-estima em frangalhos por ter sua cultura e seus costumes ridicularizados pela mídia e pelas elites, que temem andar nas ruas e ser alvo de violência e exploração, às vezes também dentro de casa?

Que vida têm os adultos e idosos sem renda, sem serviços adequados de encaminhamento ao mercado de trabalho ou empreendedorismo, sem apoio social e psicológico em momentos de perda da saúde física ou mental, moradores de favelas, ou de rua, ou acampados na área rural?

Esse é o problema a ser resolvido: enquanto houver um sergipano nessas condições indignas, o governo precisa trabalhar e atuar nas causas do problema. As políticas públicas contidas nesse eixo precisam ter claros os seus objetivos e as metas que se podem alcançar nos prazos disponíveis. O primeiro portal da inclusão é o acesso aos serviços públicos que se constituem em direitos universais do ser humano.

A inclusão pelo direito, por meio da universalização do acesso aos serviços públicos, constitui-se num

dos eixos de combate às desigualdades sociais. Acabar com privilégios e apoiar a população no atendimento a suas necessidades, promovendo a inclusão de todos os cidadãos, é condição básica para que se possa assegurar uma vida digna a todos os sergipanos e a observância dos Direitos Humanos Universais.

Para garantir a efetividade de suas políticas públicas, é fundamental que o Governo do Estado atue com transparência, permitindo o controle social e o envolvimento da população no monitoramento dos resultados alcançados.

O eixo "Inclusão pelo Direito" abrange os serviços públicos relacionados às seguintes áreas:

- SAÚDE
- EDUCAÇÃO
- SEGURANÇA ALIMENTAR
- MORADIA
- SANEAMENTO BÁSICO (água, esgoto, lixo e pavimentação)
- LAZER
- ESPORTE
- CULTURA
- SEGURANÇA PÚBLICA
- TRANSPORTE E MOBILIDADE
- CONTROLE SOCIAL (participação nas decisões de políticas públicas e investimentos)

DIRETRIZES DA INCLUSÃO PELO DIREITO

ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE

DESAFIOS: Promover o acesso universal, com igualdade e equidade, à saúde;
Interiorizar os serviços de saúde;
Promover a melhoria de qualidade dos serviços de saúde;
Universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico.

ACESSO UNIVERSAL AO ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE

DESAFIOS: Melhorar a qualidade do ensino básico;
Ampliar o acesso ao ensino básico de qualidade;
Erradicar o analfabetismo;
Preparar os jovens para o mundo do trabalho e interiorizar o ensino profissionalizante;
Promover a democratização da gestão na área de educação.

SEGURANÇA AOS CIDADÃOS

DESAFIOS: Incentivar uma segurança pública preventiva e humanitária;
Promover efetivo combate ao crime e à violência;
Interiorizar as ações de segurança pública;
Promover a modernização tecnológica da segurança pública.

PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL, COM ÊNFASE À POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL E MINORIAS

DESAFIOS: Garantir o acesso à Justiça gratuita e o respeito à cidadania;
Promover ações de proteção social;
Promover ações de inclusão pelo trabalho e pela garantia de renda mínima;
Produzir habitações de interesse social e urbanizar assentamentos precários;
Promover a regularização fundiária.

MODERNIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

DESAFIOS: Ofertar serviços públicos de qualidade;
Garantir a ética e a transparência dos atos governamentais;
Garantir a participação e o controle social;
Modernizar a administração pública do ponto de vista tecnológico e gerencial;
Desenvolver ações de capacitação e valorização do servidor público.



Inclusão pela Renda

O papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico do país passa pela implementação de uma política econômica articulada a uma política social, capaz de combater as desigualdades sociais com ações que propiciem a geração de emprego e renda de forma ampla e equilibrada.

Nesse sentido, a ação do Estado deve ser voltada para programas que melhorem o perfil da distribuição de renda da população, reduzam as diferenças regionais e combatam a concentração de terras, poder e oportunidades.

Cabe ao Governo de Sergipe apresentar-se como um estado planejador, regulador e indutor de políticas públicas que busquem um desenvolvimento voltado para a inclusão dos mais pobres nos mercados de trabalho e de consumo e para o pleno exercício da cidadania.

O maior problema da economia de Sergipe é um crescimento sem equilíbrio, um crescimento não-orgânico. Esse desequilíbrio se manifesta de três maneiras: na concentração da renda (poucos ricos ficam com a maior parte da renda gerada no estado), na concentração das atividades econômicas e do emprego formal na Grande Aracaju (o interior do estado fica sem oportunidades de gerar emprego e renda) e na concentração excessiva do PIB em poucas atividades urbanas (especialmente indústria do petróleo e de geração de energia), ficando a agricultura como atividade residual. Além disso, pode-se considerar como uma outra distorção o fato de que o

setor de serviços tem 46,5% de suas atividades nos Serviços Públicos. Para corrigir esses desequilíbrios

econômicos, que viram injustiça social, o caminho é claro:

- **Fortalecer a agricultura e os serviços, especialmente o turismo;**
- **Interiorizar os investimentos em infra-estrutura produtiva e social;**
- **Criar um ambiente favorável aos negócios, estimulando a implantação de empreendimentos geradores de empregos de qualidade;**
- **Articular as ações estaduais com as políticas nacionais de ciência e tecnologia, promovendo a inovação tecnológica do setor produtivo sergipano;**
- **Ampliar o acesso a outros mercados por meio da promoção às exportações.**
- **Pactuar com os territórios e os atores locais o plano de desenvolvimento específico de cada um deles, coordenando o conjunto em nível estadual.**

O desenvolvimento territorial implica em modernizar as atividades econômicas tradicionais como alimentos, têxtil e confecções, construção civil, incorporando o conceito de cadeia produtiva competitiva, o que deve acontecer lado a lado com a promoção de atividades inovadoras como a construção naval, a aqüicultura, serviços de saúde e educação diferenciados, tecnologia da informação. Esse movimento pela produção, gerando renda e ocupação, deve ser disseminado em todo o estado, a partir das potencialidades regionais e amplamente pactuado com os territórios.

A Inclusão pela Renda significa gerar oportunidades para todos. O objetivo é que Sergipe cresça e haja compartilhamento da riqueza produzida, rompendo a barreira da pobreza e da falta de oportunidades de trabalho.

DIRETRIZES DA INCLUSÃO PELA RENDA

RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

DESAFIOS: Implantar um novo conceito de rodovias com segurança e qualidade;
Reconstruir e ampliar a malha viária principal;
Construir novas rodovias vicinais para escoamento da produção na área rural.

CRIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA AMBIENTAL E DE RECURSOS HÍDRICOS

DESAFIOS: Construir sistemas de aterros sanitários consorciados;
Construir sistemas locais de esgotamento sanitário;
Construir e recuperar sistemas de abastecimento de água;
Revitalizar a Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO SUSTENTÁVEL

DESAFIOS: Ampliar e conservar a infra-estrutura produtiva (estradas, portos, aeroportos, energia, comunicações e saneamento);
Promover o desenvolvimento com base nas identidades dos territórios e na busca pela geração de ocupação e renda;
Promover a competitividade dos arranjos produtivos locais, com implantação de distritos agroindustriais;
Fomentar inovações tecnológicas;
Garantir a preservação dos recursos naturais;
Desenvolver a política de atração de investimento;
Incentivar o desenvolvimento da atividade turística sustentável.

A relação entre a Missão, a busca incansável da Inclusão Social e as Diretrizes Estratégicas está delineada na figura 01. O desdobramento dessas diretrizes em programas governamentais, com seus principais projetos, está no capítulo seguinte.



Após a definição das Diretrizes Estratégicas, foram identificados, entre os programas propostos pelos órgãos estaduais, aqueles que atendem às prioridades traçadas e que passaram a compor o conjunto de programas estratégicos da administração “Sergipe, Governo de Todos”.

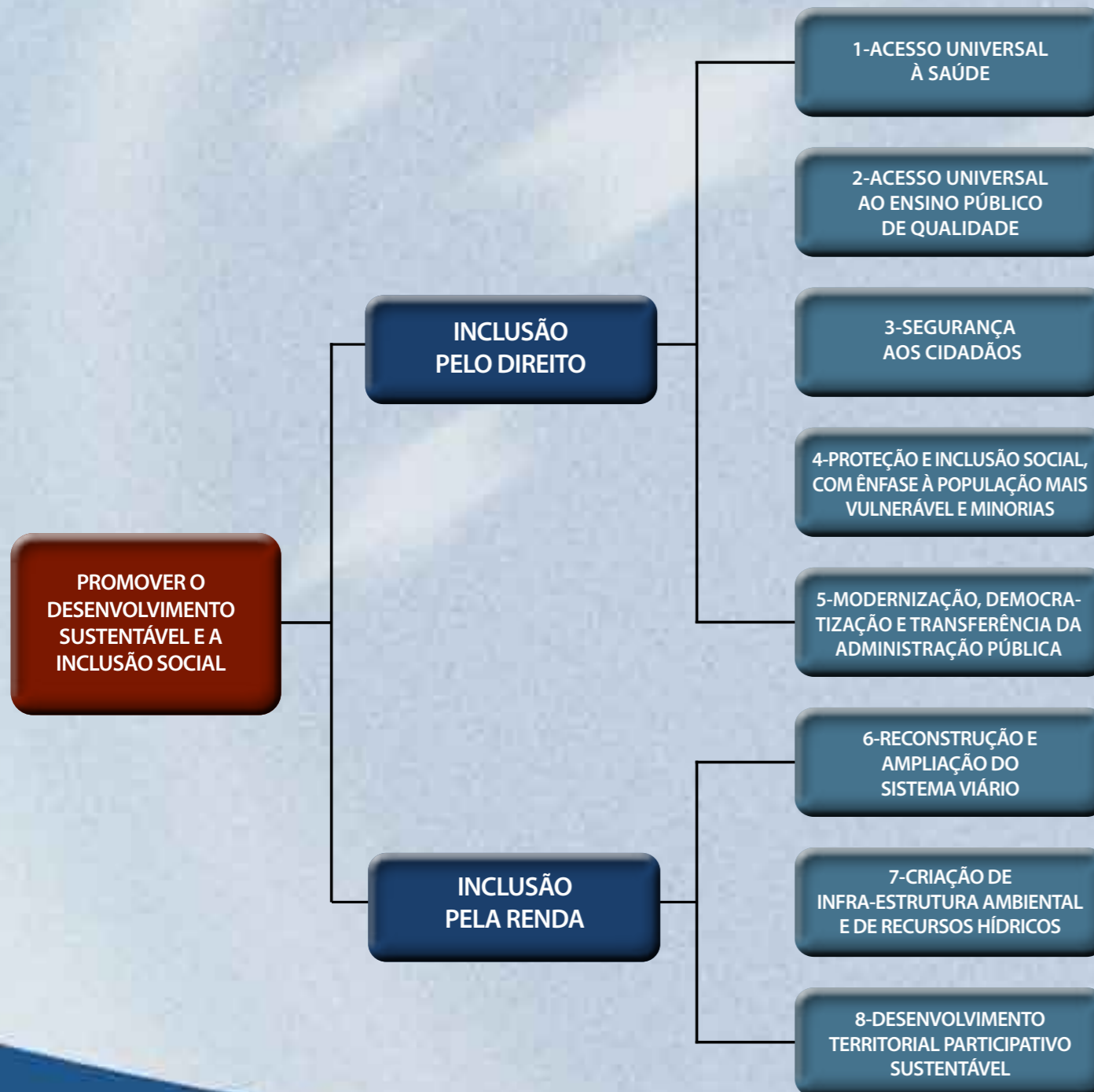


FIGURA 01 – DIAGRAMA DE ÁRVORE



Elaboração: Gerência de Informações Geográficas e Cartográficas - GIGEC/SUPES/SEPLAN, 2007.
 Fonte: Base cartográfica do Atlas Digital sobre Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, 2004.



DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1: ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE

Organização da Atenção à Saúde

Coordenação: Secretaria da Saúde

Objetivo: Estruturar a Atenção à Saúde do Estado de Sergipe, de forma a garantir a saúde como direito e a construção do Sistema Único de Saúde - SUS como política pública de Estado.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Ampliar e/ou equipar oferta e capacidade produtiva às necessidades de saúde da população do Estado de Sergipe;
- Instituir, junto com os municípios, mecanismos de acesso em todos os níveis de atenção capazes de considerar as necessidades de saúde da população e garantir equidade;
- Construir a rede estadual de unidades de saúde para os três níveis de complexidade do atendimento, em parceria com os municípios e Governo Federal;
- Incentivar políticas de gestão de pessoas e instituir uma política de capacitação permanente;
- Implantar uma política de gestão participativa para o SUS/SE que garanta a representatividade de todos os atores sociais.

Organização do Sistema Estadual de Saúde

Coordenação: Secretaria da Saúde

Objetivo: Promover a organização do Sistema Estadual de Saúde, observando as diretrizes da Política Estadual, de forma a garantir a disponibilização de um conjunto de ações e serviços que atenda às necessidades de saúde da população de Sergipe.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Incentivar o desenvolvimento da Regulação nos municípios;
- Incentivar a participação social na organização do Sistema Estadual de Saúde;
- Aperfeiçoar os mecanismos de controle e avaliação dos serviços prestados pela rede pública;
- Incentivar a implantação e implementação do componente municipal de auditoria;
- Rever e pactuar o Plano Diretor de Regionalização – PDR;
- Implementar a Programação Pactuada Integrada – PPI;
- Criar mecanismos para avaliar a incorporação tecnológica na saúde.

Universalização dos Serviços de Saneamento Básico

Coordenação: Secretaria da Infra-estrutura

Objetivo: Assegurar a universalização do acesso e a melhoria da prestação dos serviços de saneamento básico.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Implementar programa de controle de perdas de água;
- Ampliar captação e reinvestimento de recursos em projetos de obras de combate às perdas físicas;
- Reestruturar programa de capacitação e desenvolvimento de pessoal com foco na melhoria dos processos e na satisfação do cliente;
- Elaborar agenda de discussão sobre a questão do esgotamento sanitário com a participação da sociedade;
- Recuperar e ampliar rede de saneamento básico, buscando cobrir 100% das sedes dos municípios.



DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2: ACESSO UNIVERSAL AO ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE

Melhoria da Qualidade do Ensino Básico

Coordenação: Secretaria da Educação

Objetivos: Garantir a aprendizagem e elevar os indicadores de acesso, permanência e de qualidade do Ensino Básico.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Ampliar o Programa de Qualificação Docente;
- Participar e difundir o debate contemporâneo relacionado a metodologias, tecnologias de ensino, currículos e programas;
- Criar mecanismos de acompanhamento das ações pedagógicas nas escolas e do aprendizado dos alunos;
- Incentivar atividades de produção e difusão do conhecimento e correlacionar as atividades culturais, esportivas e recreativas com as propostas pedagógicas da escola;
- Dotar as escolas de instalações pedagógicas (Bibliotecas, Laboratórios e Quadras Poliesportivas) adequadas;
- Implementar um Programa de avaliação de aprendizagem;
- Melhorar o desempenho na gestão da sala de aula;
- Garantir a oferta de alimentação escolar em todas as escolas de Ensino Fundamental;
- Implantar a gestão democrática de ensino na rede pública estadual;
- Promover a qualificação dos gestores escolares.

Educação Profissional

Coordenação: Secretaria da Educação

Objetivo: Implantar a Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Promover articulação entre Gestores e Profissionais da Educação, Empresários, Sindicatos e outros Agentes Sociais;
- Implantar a Educação Profissional em nível médio integrada ao Ensino Médio;
- Implantar a Educação Profissional na modalidade subsequente ao Ensino Médio regular;
- Promover a formação dos Profissionais de Educação para atuar em Educação Profissional;
- Implantar um modelo de gestão para Educação Profissional e Tecnológica;
- Implantar o laboratório de currículos para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Implantar a Central de Estágios;
- Definir fontes de financiamento para atualização permanente de Centros e Escolas de EPT.

Educando Jovens e Adultos

Coordenação: Secretaria da Educação

Objetivos: Reduzir o analfabetismo e permitir aos jovens e adultos o acesso e a permanência no ensino regular.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Elevar o acesso e a qualidade do ensino regular noturno;
- Fortalecer Programas de Correção de Fluxo;
- Promover capacitação dos Profissionais da Educação que trabalham com a educação de jovens e adultos;
- Implantar uma Política de Educação de Jovens e Adultos que garanta a melhoria desta modalidade de ensino;
- Implantar Programas de alfabetização de massa que garantam o acesso ao Sistema Escolar.

Educação Especial

Coordenação: Secretaria da Educação

Objetivo: Promover uma Educação Básica de qualidade para os alunos com necessidades especiais.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Adaptar e adequar as Escolas Públicas, visando eliminar as barreiras arquitetônicas;
- Formar Profissionais de Educação como intérpretes na Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- Adquirir material e equipamentos específicos para os alunos com necessidades educacionais especiais;
- Formação continuada dos professores para Educação Inclusiva;
- Descentralizar os serviços para o atendimento do aluno com necessidades especiais;
- Realizar integração com outras Secretarias, Instituições e Órgãos de diferentes esferas para atendimento ao aluno.



DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3: SEGURANÇA AOS CIDADÃOS

Combate à Criminalidade

Coordenação: Secretaria da Segurança

Objetivo: Reduzir os índices de violência, aumentando a sensação de segurança da população.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Criar rede intersecretarias para prevenção à violência;
- Promover a integração das ações e áreas de atuação das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros;
- Ampliar e fomentar o acesso aos meios de inteligência policial e promover a modernização tecnológica dos órgãos do Sistema de Segurança Pública Estadual;
- Promover a reestruturação dos órgãos de inteligência e planejamento policial;
- Reestruturar e unificar a base de dados com vistas ao georreferenciamento das ocorrências;
- Viabilizar ações visando ao combate do crime organizado;
- Estabelecer mecanismos de valorização dos profissionais que proporcionam a diminuição significativa da violência em sua área de atuação;
- Promover a qualificação de policiais;
- Promover ações de desarmamento;
- Implantar Política de Segurança na escola com a participação de toda a comunidade escolar;
- Implantar sistemas de monitoramento e vigilância eletrônicos nas escolas;
- Capacitar os Profissionais da Educação para lidar com o problema e refletir sobre procedimentos preventivos;
- Reforçar os dispositivos de segurança nas escolas (portões, grades, cadeados e correntes).

Segurança Cidadã

Coordenação: Secretaria da Segurança

Objetivo: Aproximar a comunidade dos Organismos de Segurança Pública, resgatando a credibilidade social das instituições.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Definir política de marketing institucional e comunicação social;
- Promover a expansão das ações/atividades de policiamento comunitário com participação de todos os organismos de Segurança Pública;
- Estabelecer mecanismos preventivos e corretivos visando evitar a corrupção e violência;
- Criar centros integrados de atendimento;
- Instituir a Ouvidoria unificada integrada à Secretaria da Segurança Pública;
- Promover a integração de ações das diversas secretarias estaduais e municipais no combate a situações favoráveis à criminalidade, de maneira a impedir o surgimento de áreas críticas ou bolsões de criminalidade no Estado de Sergipe.

Descentralização do Sistema Estadual de Segurança Pública

Coordenação: Secretaria da Segurança

Objetivo: Interiorizar os efetivos e serviços das polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e da perícia.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Criar mecanismos de reconhecimento para os policiais lotados no interior;
- Estabelecer o número de servidores por unidade;
- Realizar concurso público regionalizado;
- Promover a regionalização dos serviços periciais;
- Promover a participação dos municípios na elaboração e implementação de políticas de segurança pública, conferindo-lhes co-responsabilização nas políticas de prevenção e combate à violência e à criminalidade.

Segurança no Trânsito

Coordenação: Secretaria dos Transportes

Objetivo: Promover a segurança de pessoas e bens em trânsito nas rodovias estaduais.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Elaborar e implementar projetos de manutenção e melhoria das rodovias (duplicação, acostamento, sinalização e outros);
- Reestruturar e planejar a fiscalização do trânsito;
- Melhorar o processo de controle de veículos e da formação dos condutores;
- Promover campanhas e cursos para educação no trânsito;
- Promover ações conjuntas entre a Polícia Rodoviária Estadual, a SAMU Estadual e o Corpo de Bombeiros;
- Desenvolver parcerias para estudos e controle do tráfego nas rodovias estaduais;
- Implementar tecnologia de geoprocessamento para planejamento, supervisão e monitoramento das rodovias.

Reestruturação do Sistema Penitenciário Estadual

Coordenação: Secretaria da Justiça e da Cidadania

Objetivos:

Prestar assistência ao preso, à vítima e ao egresso, bem como proporcionar mais segurança e melhor qualidade de vida à população carcerária.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Reformar e ampliar as unidades existentes e construir novas unidades prisionais;
- Promover o atendimento médico-hospitalar contínuo e a assistência odontológica nas unidades prisionais;
- Dotar as unidades prisionais de maior segurança, através da implantação e ampliação do circuito interno de TV;
- Promover ações para melhoria da operacionalização do Sistema Prisional do Estado de Sergipe;
- Implantar unidades de produção no sistema prisional e ações de ressocialização;
- Manter as unidades de produção existentes;
- Implantar assistência educacional (instrução escolar e formação profissionalizante);
- Implantar o Núcleo de resistência às drogas e ao dependente químico.



DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4: PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL, COM ÊNFASE À POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL E MINORIAS

Assistência Cidadã

Coordenação: Secretaria da Justiça e da Cidadania

Objetivo: Estimular o exercício da cidadania, através da intensificação de ações de assistência à população, a exemplo de assistência judiciária e proteção ao consumidor e ao deficiente.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Promover Assistência Jurídica à População Carcerária do Estado de Sergipe – Implantar o Mutirão de Execução Penal;
- Manter o Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência – SICORDE;
- Proteção ao Consumidor;
- Interiorizar as atividades da Defensoria Pública, através da implantação de órgãos executivos em vários municípios conveniados com prefeituras e outras instituições;
- Fortalecer o atendimento da Defensoria à população da capital através da implantação de novas centrais de atendimento;
- Criar e fortalecer núcleos especializados em defesa do consumidor, da criança e do adolescente, do idoso, entre outros, através de convênios com órgãos federais, estaduais e municipais.

Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenação: Secretaria da Inclusão Social

Objetivo: Reduzir os índices de famílias e grupos em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Desenvolver programa de capacitação para qualificação profissional na área de gestão e produção;
- Garantir a manutenção e o funcionamento dos restaurantes populares, implementando práticas educativas e inclusivas;
- Garantir a distribuição de cestas de alimentos à população em situação de insegurança alimentar e desenvolver práticas educativas junto às famílias de baixa renda, fomentando a agricultura urbana;
- Implantar cozinhas comunitárias;
- Implantar padarias-escolas;
- Implantar Banco de Alimentos;
- Implantar Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
- Criar programa para qualificar a comercialização dos produtores nas feiras-livres.

Casa Nova Vida Nova

Coordenação: Secretaria do Planejamento

Objetivo: Estabilizar os núcleos familiares, mediante a oferta de habitação de interesse social e políticas sociais integradas.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Identificar núcleos familiares que necessitam da atuação do poder público para sua estabilização;
- Integrar ações de inclusão social pela Renda e pelo Direito às famílias beneficiadas com habitação, estabilizando os núcleos familiares;
- Elaborar e implementar o Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano;
- Elaborar e implementar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;
- Implantar o Sistema Gestor Estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Interesse Social;
- Elaborar projetos específicos e captar recursos para habitação de interesse social, eliminando as habitações precárias (taipa, palha e palafita) e produzindo habitações dignas;
- Selecionar tecnologias alternativas para construção de unidades habitacionais de baixo custo;
- Promover a regularização fundiária.

Serviço de Proteção Social

Coordenação: Secretaria da Inclusão Social

Objetivos: Implantar a Rede Estadual de AS e oferecer serviços de proteção às populações sob risco pessoal e social

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Assessorar a implantação e implementação de CRAS nos municípios;
- Implantar CREAS regionalizados;
- Promover a implantação e co-financiar consórcios públicos e/ou ações regionalizadas de proteção social especial;
- Desenvolver programa de capacitação continuada junto aos gestores municipais;
- Coordenar a gestão do SUAS articulada com os municípios;
- Implantar Unidades Móveis de Assistência Social – UMAS;
- Acompanhar, monitorar e avaliar a rede conveniada socioassistencial por meio dos programas Bolsa Família, Bolsa PETI, Bolsa Agente Jovem e Benefício Prestação Continuada;
- Promover ações de atendimento ao migrante;
- Assegurar proteção às famílias vítimas de calamidades.

Sistema Preventivo

Coordenação: Secretaria da Inclusão Social

Objetivo: Atender a criança e o adolescente pertencentes a grupos familiares sob risco social.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Implementar a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/SUAS (Sistema Único da Assistência Social);
- Selecionar, em conjunto com os jovens assistidos, as atividades lúdicas e pedagógicas a serem oferecidas;
- Articular com outras políticas e serviços.

Sistema Socioeducativo

Coordenação: Secretaria da Inclusão Social

Objetivo: Atender adolescentes de ambos os sexos, em conflito com a Lei, encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude, da 17ª Vara e das Comarcas do Interior do Estado, possibilitando a realização de atividades que contribuam para o seu desenvolvimento integral, preparando-os para a integração sociofamiliar, conforme o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Realizar estudo diagnóstico sobre o Perfil da população em medida de situação socioeducativa no estado;
- Formar equipes conforme pactuado pelo SINASE;
- Adotar parâmetro SINASE;
- Desenvolver metodologia participativa, envolvendo a família e a comunidade;
- Realizar atividades profissionalizantes, oficinas temáticas e lúdicas;
- Planejar e executar projetos de inclusão social pelas práticas comunicativas;
- Integrar os projetos de inclusão social para estruturação da rede de comunicação comunitária.

Inclusão Produtiva de Famílias e Grupos em Situação de Risco Social

Coordenação: Secretaria da Inclusão Social

Objetivos: Reduzir os índices de pobreza e promover a inclusão social.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Organizar uma rede de Economia Solidária;
- Desenvolver estratégias e qualificar grupos sociais para melhorar a comercialização dos produtos;
- Fortalecer a produção e a comercialização do artesanato em Sergipe;
- Incorporar soluções alternativas de sobrevivência utilizando tecnologia social e ecologicamente sustentável para o desenvolvimento humano;
- Promover a Inclusão Digital de jovens em situação de vulnerabilidade e risco.

Sistema Protetivo

Coordenação: Secretaria da Inclusão Social

Objetivo: Acolher provisoriamente a criança e o adolescente em situação de abandono, vulnerabilidade familiar ou social encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude, Comarcas do interior e Conselhos Tutelares do Estado, assegurando-lhes os direitos e garantias dispostos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Discutir e implementar o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária;
- Promover articulações institucionais com as políticas públicas de ações governamentais e não-governamentais;
- Regularizar o fluxo de desligamento em tempo hábil;
- Garantir o funcionamento do SOS-Criança como serviço emergencial eficiente e eficaz;
- Contribuir para o pleno funcionamento do sistema SÍPIA;
- Implementar Projeto Pedagógico para os Abrigos do Estado de Sergipe.

Promoção de Igualdade no Mercado de Trabalho

Coordenação: Secretaria do Trabalho

Objetivo: Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, a inclusão de jovens no mercado de trabalho e a equidade de raça e etnia nas relações de trabalho.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Expandir a participação das mulheres, dos negros e dos jovens nas ações já desenvolvidas pela SETRABE, em convênio ou não com o Ministério do Trabalho e Emprego, além de atuar em consonância com as políticas do Governo Federal;
- Estimular campanhas de conscientização da sociedade quanto à importância e valorização da mulher no mundo do trabalho;
- Conscientizar o empresariado quanto à importância de inserir o jovem no mundo do trabalho;
- Estimular o empreendedorismo nos jovens de 16 a 24 anos.



DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5: MODERNIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

Comunicação Governamental

Coordenação: Secretaria da Comunicação

Objetivo: Aumentar o acesso da sociedade às informações governamentais.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Formular e implementar processos, canais e ferramentas de gestão da informação voltados para a sociedade;
- Promover ações de retroalimentação da Agência Sergipe de Notícias;
- Elaborar as diretrizes do Governo Eletrônico;
- Promover a elaboração de boletins eletrônicos, gerenciamento de cadastro e envio;
- Criar produtos de comunicação regionalizados;
- Mapear todos os espaços em repartições públicas que possuem audiência em potencial;
- Definir e executar reformulação do Diário Oficial;
- Implantar o Diário Oficial on-line;
- Inserir programas com temas do governo nas grades de programação das rádios e da televisão;
- Integrar a Fundação Aperipê aos projetos da Secretaria;
- Gerenciar a criação e produção das campanhas publicitárias do governo;
- Elaborar e divulgar para a sociedade um relatório padrão com informações sobre os programas governamentais.

Modernização da Gestão Fiscal

Coordenação: Secretaria da Fazenda

Objetivo: Promover a otimização das receitas do Estado e o equilíbrio das finanças públicas, aprimorando os mecanismos gerenciais, normativos, operacionais e tecnológicos, em busca do aperfeiçoamento dos sistemas de administração tributária, financeira e contábil.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Regularizar as Finanças Públicas do Estado de Sergipe com efetivo Ajuste Fiscal e da Previdência;
- Promover a Modernização Administrativa e Tecnológica da SEFAZ;
- Melhorar o Sistema de Fiscalização e Arrecadação;
- Aprimorar o Gerenciamento da Despesa Pública do Estado de Sergipe;
- Valorizar permanentemente o Servidor Fazendário;
- Desenvolver as Políticas de Comunicação Institucional e Atendimento ao Cidadão.

Valorização do Servidor Público

Coordenação: Secretaria da Administração

Objetivo: Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores públicos estaduais, com ênfase no aprimoramento profissional e na melhoria da capacidade de gestão de Recursos Humanos.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Formar, capacitar e aperfeiçoar de forma continuada os servidores estaduais;
- Readequar o quadro funcional às reais necessidades da Administração Pública Estadual e reduzir o número de funcionários com desvio de função;
- Realizar concursos públicos de forma regular;
- Melhorar a gestão dos recursos humanos em todos os órgãos públicos estaduais;
- Promover o desenvolvimento de gerentes, visando prover a Administração Pública de competências gerenciais e líderes;
- Aprimorar a estrutura de cargos, carreiras e remunerações;
- Reestruturar carreiras e implantar sistema de avaliação de desempenho;
- Parametrizar a folha de pagamento.

Reformulação dos Instrumentos de Planejamento do Governo Estadual

Coordenação: Secretaria do Planejamento

Objetivo: Implantar novo sistema de planejamento estadual territorializado e participativo, valorizando a articulação das ações do nível operacional e tático (LOA e LDO) com o nível estratégico (PPA).

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Criar Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE) na SEPLAN;
- Reestruturar o Processo Orçamentário e adequá-lo ao processo utilizado pelo Ministério do Planejamento;
- Elaborar o Plano Estratégico do Governo e apoiar os órgãos estaduais na elaboração dos seus Planos Estratégicos Setoriais;
- Definir a metodologia de Acompanhamento e Revisão do Plano Estratégico de Governo;
- Criar nova metodologia de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PPA;
- Aumentar a aderência da LOA ao Plano Estratégico e ao PPA;
- Capacitar equipes do sistema estadual de planejamento nas novas metodologias;
- Melhorar a interação entre o órgão central de planejamento e os órgãos setoriais.

Modernização da Administração Pública Estadual

Coordenação: Secretaria da Administração

Objetivo: Modernizar a administração estadual do ponto de vista tecnológico e gerencial, promovendo a melhoria da qualidade dos serviços públicos e a integração das funções de planejamento, orçamento e gestão estadual.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Fortalecer a capacidade de planejamento e de gestão de políticas públicas;
- Desenvolver políticas e a capacidade de gestão de recursos humanos;
- Modernizar estruturas organizacionais e de processos administrativos;
- Fortalecer mecanismos de transparência administrativa e de comunicação;
- Modernizar a gestão da informação e integração dos sistemas de TIC;
- Desenvolver uma cultura de inovação, participação e compromisso com o serviço público;
- Promover ações de melhoria na qualidade da prestação do serviço público.



DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

Construção e Manutenção das Rodovias Estaduais



Coordenação: Secretaria da Infra-estrutura

Objetivo: Planejar, construir e manter a rede viária estadual.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Elaborar e implementar projetos de manutenção e melhoria das rodovias (duplicação, acostamentos, sinalização e outros);

- Construção de 2 pontes para interligação litorânea com a Bahia, sobre os Rios Vaza-Barris e Real;
- Elaborar projetos e captação de recursos destinados à ampliação da malha rodoviária estadual;
- Implementar tecnologia de geoprocessamento para planejamento, supervisão e monitoramento das rodovias.

Obs.: O Programa Segurança no Trânsito, da Diretriz 3, e o Programa Desenvolvimento da Política Estadual de Transportes, da Diretriz 8, também contribuirão para o alcance dos objetivos desta diretriz.



DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7: CRIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA AMBIENTAL E DE RECURSOS HÍDRICOS

Educação Ambiental



Coordenação: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Objetivo: Ampliar o conhecimento e a participação da sociedade na gestão ambiental.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Capacitar Gestores Municipais e Membros de Organizações da Sociedade Civil Organizada em Gestão Ambiental;
- Capacitar servidores estaduais no Processo de Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos;
- Promover eventos para a construção da cidadania ambiental;
- Apoiar a implementação de técnicas alternativas já existentes;
- Promover a Gestão Ambiental Sustentável das Atividades da Administração Pública;
- Implantar Centro de Educação Ambiental;
- Produzir e divulgar Material Técnico-Científico e Educativo sobre o meio ambiente.

Gestão e Proteção Ambiental e de Recursos Hídricos



Coordenação: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Objetivos: Instituir mecanismos e captar investimentos para a gestão ambiental e de recursos hídricos.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Estruturar o Sistema de Gestão e Financiamento de Ações em Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

- Reestruturar e fortalecer os Fundos Socioambientais;
- Fortalecer o SISEMA com aparelhamento dos órgãos integrantes;
- Criar e implementar mecanismos que valorizem o princípio protetor-recebedor;
- Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico de Sergipe;
- Simplificar e aperfeiçoar os procedimentos de licenciamento ambiental.

Construção e Recuperação de Infra-estrutura para o Saneamento Ambiental



Coordenação: Secretaria da Infra-estrutura

Objetivos: Planejar, projetar, construir e recuperar infraestrutura para o saneamento ambiental.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Promover a despoluição de bacias hidrográficas;
- Construir aterros sanitários;
- Construir e recuperar redes de água e esgoto;
- Construir e recuperar estações de tratamento de água e estações de tratamento de esgoto;
- Construir e recuperar matadouros;
- Adequar os mercados municipais às normas de vigilância sanitária.

Obs.: O Programa Universalização dos Serviços de Saneamento Básico, da Diretriz 1, também contribuirá para o alcance dos objetivos desta diretriz.



DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO SUSTENTÁVEL

Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável

Coordenação: Secretaria do Planejamento

Objetivo: Definir e promover a Política de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe, por meio da elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo-PDTP.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Elaborar e acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo;
- Articular e integrar os órgãos públicos e as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento;
- Instalar o processo participativo na seleção de projetos prioritários;
- Formar rede estadual de planejamento e elaboração de projetos;
- Elevar a capacidade do estado na captação de recursos;
- Implantar sistema informatizado de monitoramento e avaliação do PDTP;
- Assessorar o Conselho Estadual de Desenvolvimento e implantar os Conselhos Territoriais de Desenvolvimento.

Agricultura Irrigada

Coordenação: Secretaria da Agricultura

Objetivo: Promover projetos públicos de irrigação sustentáveis.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Expandir a área irrigada sob o enfoque de integração de cadeias e de desenvolvimento territorial;
- Enfocar a agricultura irrigada como elemento estruturante da Reforma Agrária;
- Modernizar os sistemas produtivos sob irrigação, com foco nas demandas do mercado;
- Consolidar e recuperar projetos públicos de irrigação;
- Integrar a irrigação com processos produtivos não-irrigados.

Fortalecimento de Cadeias Produtivas Agropecuárias

Coordenação: Secretaria da Agricultura

Objetivo: Promover a dinamização, expansão e diversificação de cadeias produtivas da agropecuária estadual, visando à sustentabilidade das unidades produtivas e dos demais elos da cadeia.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Recompilar pomares cítricos degradados, expandir a citricultura e diversificar a fruticultura irrigada e de sequeiro;
- Expandir a cadeia da aquíicultura, pelo incentivo à carnicultura e à piscicultura;

- Incentivar a dinamização da cadeia produtiva da bovinocultura leiteira;
- Incentivar a operação de unidades de beneficiamento e de processamento da produção agropecuária;
- Estruturar e implementar política de turismo rural.

Agricultura Familiar

Coordenação: Secretaria da Agricultura

Objetivo: Apoiar os agricultores familiares, através de assistência técnica, pesquisa, apoio à comercialização e outros serviços de suporte à produção de produtos agrícolas e não-agrícolas.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Apoiar a agricultura familiar sob a visão de agronegócio, para inserção da produção no mercado;
- Estimular a diversificação da produção e a inserção da agricultura familiar em cadeias produtivas com maiores perspectivas de rentabilidade e de sustentabilidade;
- Estabelecer políticas integradas agrícolas e não-agrícolas, voltadas para a segurança alimentar e nutricional e garantia de emprego e renda;
- Incentivar a ampliação da oferta de produtos com baixo uso de agroquímicos e a produção agroecológica.

Sergipe Competitivo

Coordenação: Secretaria do Desenvolvimento Econômico

Objetivo: Promover a competitividade da base produtiva do estado e a atração de novos investimentos industriais e de serviços.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Elaborar portfólio de oportunidades no campo da indústria, mineração, turismo, agronegócio, importação e exportação, e parcerias público-privadas;
- Captar novos empreendimentos através de road-shows, feiras, workshops, rodadas de negócios, entre outras formas de promoção;
- Levantar informações através de pesquisa de campo nas empresas beneficiadas para avaliação dos resultados econômicos, visando a melhoria, ampliação e correção de distorções do PSDI;
- Revisar e atualizar o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI;
- Implementar uma Política de Uso do Poder de Compra;
- Instalar e organizar Conselhos, Fóruns e Programa de Qualidade;
- Aumentar os recursos do Fundo de Aval;
- Promover política de incentivo ao empreendedorismo;
- Implantar a Central Fácil (REDESIM);

- Adaptar o estado à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa;
- Organizar APLs nos pólos regionais de desenvolvimento;
- Implantar os Distritos Industriais Territoriais;
- Fomentar parcerias, estudos e pesquisas dos recursos minerais e energias alternativas, atraindo novas empresas de extração, beneficiamento e industrialização;
- Capacitar agentes em comércio exterior para que possam atuar junto a empresas locais que desejem exportar produtos e/ou serviços;
- Viabilizar a utilização do Porto de Sergipe para atender às demandas de exportação/importação do setor produtivo;
- Reativar a Comissão Estadual de Comércio Exterior para o desenvolvimento de ações estratégicas de fomento à exportação no estado.

Sergipe Inovador

Coordenação: Secretaria do Desenvolvimento Econômico

Objetivo: Fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação no setor produtivo.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Captar recursos através de parcerias com instituições de fomento;
- Garantir a capitalização do FUNTEC;
- Conceder bolsas DCR, doutorado, mestrado e iniciação científica;
- Contratar pesquisa visando levantar as necessidades de suporte tecnológico às empresas;
- Atender às demandas do setor produtivo através do ITPS e FA-PIPEC;
- Viabilizar Fundo de Capital de Risco através do BANESE;
- Viabilizar a contratação de serviços de TI pelo Governo do Estado.

Competitividade do Turismo

Coordenação: Secretaria do Turismo

Objetivo: Promover o desenvolvimento e a competitividade da cadeia produtiva do turismo em Sergipe.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Elaborar diagnóstico da cadeia produtiva do turismo no Estado de Sergipe;
- Elaborar e implementar Plano de Marketing Turístico;
- Promover o adensamento da cadeia produtiva do turismo de Sergipe;
- Implantação dos Distritos Turísticos;
- Consolidar os roteiros turísticos e divulgá-los junto às agências de receptivo;
- Oferecer apoio a empreendedores para geração de novos investimentos turísticos;
- Diversificar a oferta turística, promovendo o turismo de eventos e negócios.

Desenvolvimento da Política Estadual de Transportes

Coordenação: Secretaria dos Transportes

Objetivos: Definir e implementar a política estadual de transporte rodoviário de passageiros.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Atualizar o Projeto do Plano Diretor de Transportes e enviar para aprovação pelo Poder Legislativo;
- Promover discussão pública sobre o Plano Diretor de Transportes;
- Atualizar o regulamento, as normas e resoluções do serviço de transporte;
- Elaborar projeto básico e executivo do sistema de transportes e promover licitação;
- Implementar o Plano Diretor de Transportes.

Luz Para Todos

Coordenação: Secretaria do Planejamento

Objetivo: Universalizar o acesso e o uso de energia elétrica, utilizando-a como vetor de desenvolvimento social e econômico.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Realizar levantamento das áreas sem acesso a energia elétrica;
- Analisar os projetos encaminhados pelas associações;
- Aprovar plano de ação estadual;
- Acompanhar a execução dos projetos junto às concessionárias.

Formação de Capital Social

Coordenação: Secretaria do Planejamento

Objetivo: Fortalecer as organizações da sociedade civil, estimulando seu desenvolvimento institucional e sua capacidade de auto-sustentação.

Linhas de Ação e Principais Projetos:

- Apoiar projetos de infra-estrutura básica, produtivos, sociais e ambientais nas pequenas comunidades;
- Implementar o Programa Nacional do Crédito Fundiário – acesso à terra, em parceria com o MDA/INCRA;
- Elaborar projetos de Economia Solidária e Pequenos Negócios;
- Promover ações socioambientais integradas aos projetos elaborados;
- Promover capacitação institucional das comunidades e movimentos sociais;
- Implantar banco de dados socioeconômicos de comunidades assistidas;
- Promover a difusão de tecnologia e a inclusão digital das comunidades assistidas;
- Sensibilizar e mobilizar as comunidades assistidas para o processo de desenvolvimento sustentável.

Obs.: Os programas Inclusão Produtiva de Famílias e Grupos em Situação de Risco Social e Promoção de Igualdade no Mercado de Trabalho, da Diretriz 4, também contribuirão para o alcance dos objetivos desta diretriz.

34 CORRESPONDÊNCIA COM AS METAS DO MILÊNIO

A Declaração do Milênio, aprovada pelas Nações Unidas no ano 2000, reúne os planos dos Estados-Membros da ONU para a melhoria de vida de todos os habitantes do planeta. O pacto, assinado por 191 países-membros da ONU, estabeleceu um compromisso compartilhado por todos para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Trata-se de um conjunto de oito objetivos, desdobrados em dezoito metas, a serem atingidos pelos países até 2015, exigindo, para isso, uma atuação concreta e efetiva dos governos e da sociedade.

Nesse sentido, a Administração "Sergipe, Governo de Todos" elaborou seu Plano Estratégico com a atenção voltada à definição de Diretrizes e Programas Estratégicos vinculados com esse pacto mundial, buscando oferecer sua parcela de contribuição para o alcance dos Objetivos e Metas de Desenvolvimento do Milênio.



METAS DA ONU

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO DE SERGIPE



1 Eradicar a extrema pobreza e a fome

1. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia.
2. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome.

• Educação Profissional • Segurança Alimentar e Nutricional • Casa Nova Vida Nova • Serviço de Proteção Social • Inclusão Produtiva de Famílias e Grupos em Situação de Risco Social • Promoção de Igualdade no Mercado de Trabalho • Desenvolvimento Territorial Sustentável • Agricultura Irrigada • Fortalecimento de Cadeias Produtivas Agropecuárias • Agricultura Familiar • Sergipe Competitivo • Competitividade do Turismo • Luz Para Todos • Formação de Capital Social



2 Atingir o ensino básico universal

3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem o ciclo completo de ensino básico.

• Melhoria da Qualidade do Ensino Básico • Educando Jovens e Adultos • Educação Profissional • Programa de Educação Especial



3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

4. Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2005, e em todos os níveis de ensino, até 2015.

• Assistência Cidadã • Casa Nova Vida Nova • Serviço de Proteção Social • Inclusão Produtiva de Famílias e Grupos em Situação de Risco Social • Promoção de Igualdade no Mercado de Trabalho



4 Reduzir a mortalidade infantil

5. Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

• Organização da Atenção à Saúde • Organização do Sistema Estadual de Saúde • Universalização dos Serviços de Saneamento Básico • Segurança Alimentar e Nutricional



5 Melhorar a saúde materna

6. Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

• Organização da Atenção à Saúde • Organização do Sistema Estadual de Saúde • Universalização dos Serviços de Saneamento Básico • Segurança Alimentar e Nutricional



6 Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

7. Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS.
8. Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças.

• Organização da Atenção à Saúde • Organização do Sistema Estadual de Saúde • Universalização dos Serviços de Saneamento Básico



7 Garantir a sustentabilidade ambiental

9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015.
10. Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura.
11. Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

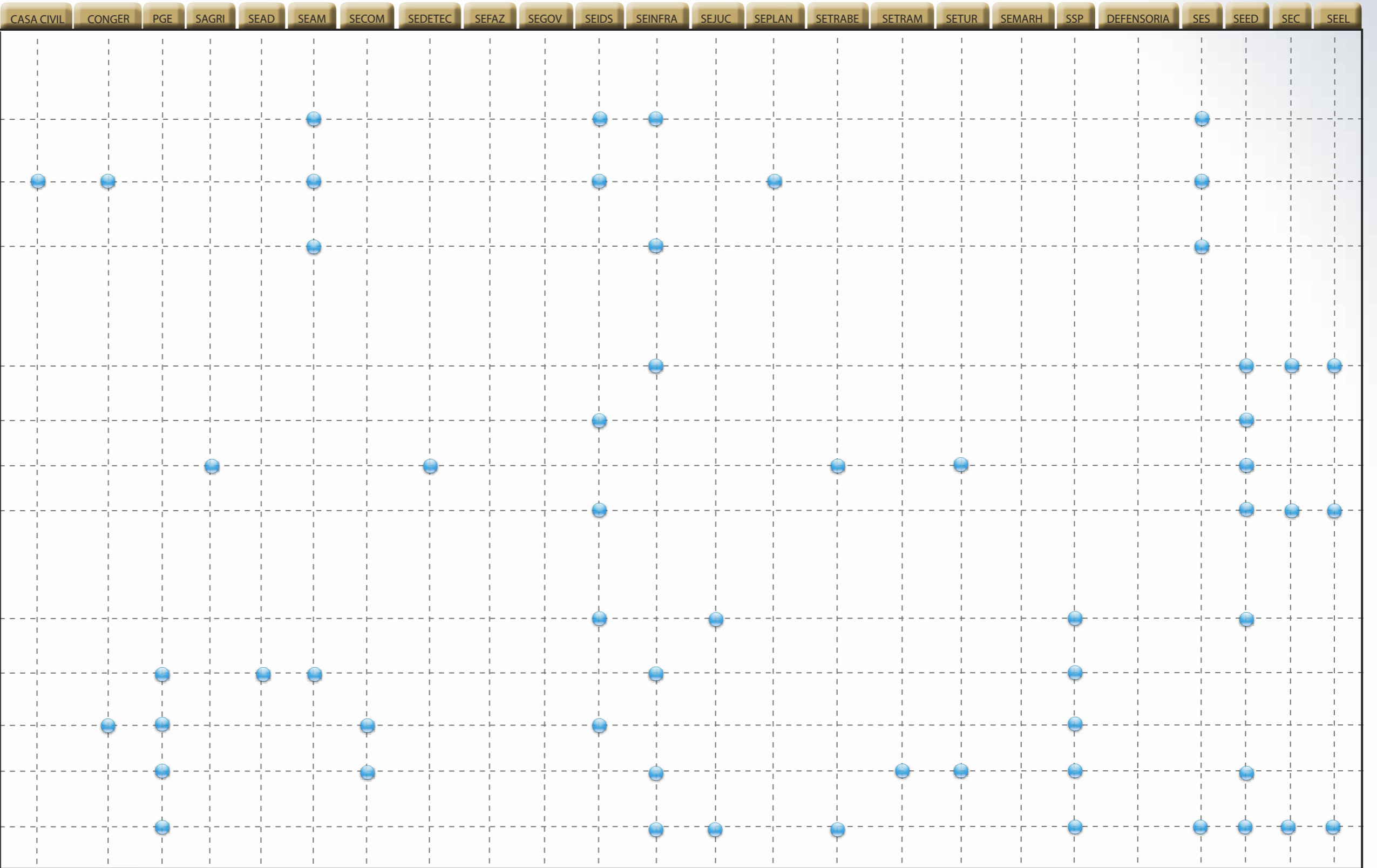
• Universalização dos Serviços de Saneamento Básico • Casa Nova Vida Nova • Educação Ambiental • Gestão e Proteção Ambiental e de Recursos Hídricos • Construção e Recuperação de Infra-estrutura para o Saneamento Ambiental



8 Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

12. Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não-discriminatório.
13. Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos.
14. Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
15. Tratar de forma ampla o problema da dívida dos países em desenvolvimento, fazendo uso de medidas nacionais e internacionais, tornando suas dívidas sustentáveis a longo prazo.
16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam trabalho digno e produtivo aos jovens.
17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais nos países em vias de desenvolvimento.
18. Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, especialmente nos setores de informação e comunicações.

• Comunicação Governamental • Modernização da Gestão Fiscal • Valorização do Servidor Público • Reformulação dos Instrumentos de Planejamento do Governo Estadual • Modernização da Administração Pública Estadual • Desenvolvimento Territorial Sustentável • Sergipe Inovador • Formação de Capital Social



| | CASA CIVIL | CONGER | PGE | SAGRI | SEAD | SEAM | SECOM | SEDETEC | SEFAZ | SEGOV | SEIDS | SEINFRA | SEJUC | SEPLAN | SETRABE | SETRAM | SETUR | SEMARH | SSP | DEFENSORIA | SES | SEED | SEC | SEEL | |
|---|------------|--------|-----|-------|------|------|-------|---------|-------|-------|-------|---------|-------|--------|---------|--------|-------|--------|-----|------------|-----|------|-----|------|---|
| 4ª DIRETRIZ: PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL, COM ÊNFASE À POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL E MINORIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Assistência Cidadã | | | ● | | | | | | | | ● | | ● | | ● | | | | | ● | ● | | | | |
| Segurança Alimentar e Nutricional | | | ● | | ● | | | | ● | | ● | | ● | | ● | | | | | | | | ● | | |
| Casa Nova Vida Nova | | | ● | | | | | | ● | | ● | ● | | ● | | | | | ● | | | ● | ● | | |
| Serviço de Proteção Social | | | ● | ● | | ● | | ● | ● | | ● | ● | | | ● | | | | | | | | ● | | |
| Inclusão Produtiva de Famílias e Grupos em Situação de Risco Social | | | ● | ● | | ● | | ● | ● | | ● | ● | | | ● | | | | | | | | ● | | |
| Sistema Preventivo | | | ● | | | | | | | | ● | | | | ● | | | | | | | ● | ● | ● | ● |
| Sistema Protetivo | | | ● | | | | | | | | ● | | | | | | | | | | | ● | ● | ● | ● |
| Sistema Socioeducativo | | | ● | | | ● | ● | | | | ● | | | | | | | | | ● | | ● | ● | ● | ● |
| Promoção de Igualdade no Mercado de Trabalho | | | | | | | | | | | ● | | | | ● | | | | | | | | ● | | |
| 5ª DIRETRIZ: MODERNIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Comunicação Governamental | ● | ● | ● | | | | ● | | | ● | | | | | | | | | | | | | | | |
| Reformulação dos Instrumentos de Planejamento do Governo Estadual | ● | ● | ● | | | | ● | | ● | | | | | ● | | | | | | | | | | | |
| Modernização da Gestão Fiscal | ● | ● | ● | ● | | ● | | ● | | | | | | ● | | | | | | | | | | | |
| Modernização da Administração Pública Estadual | ● | ● | ● | ● | | | | | | ● | | | | ● | | | | | | | | | | | |
| Valorização do Servidor Público | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● |
| 6ª DIRETRIZ: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Construção e Manutenção das Rodovias Estaduais | | | | | | | | ● | | | | ● | | | | ● | ● | ● | | | | | | | |

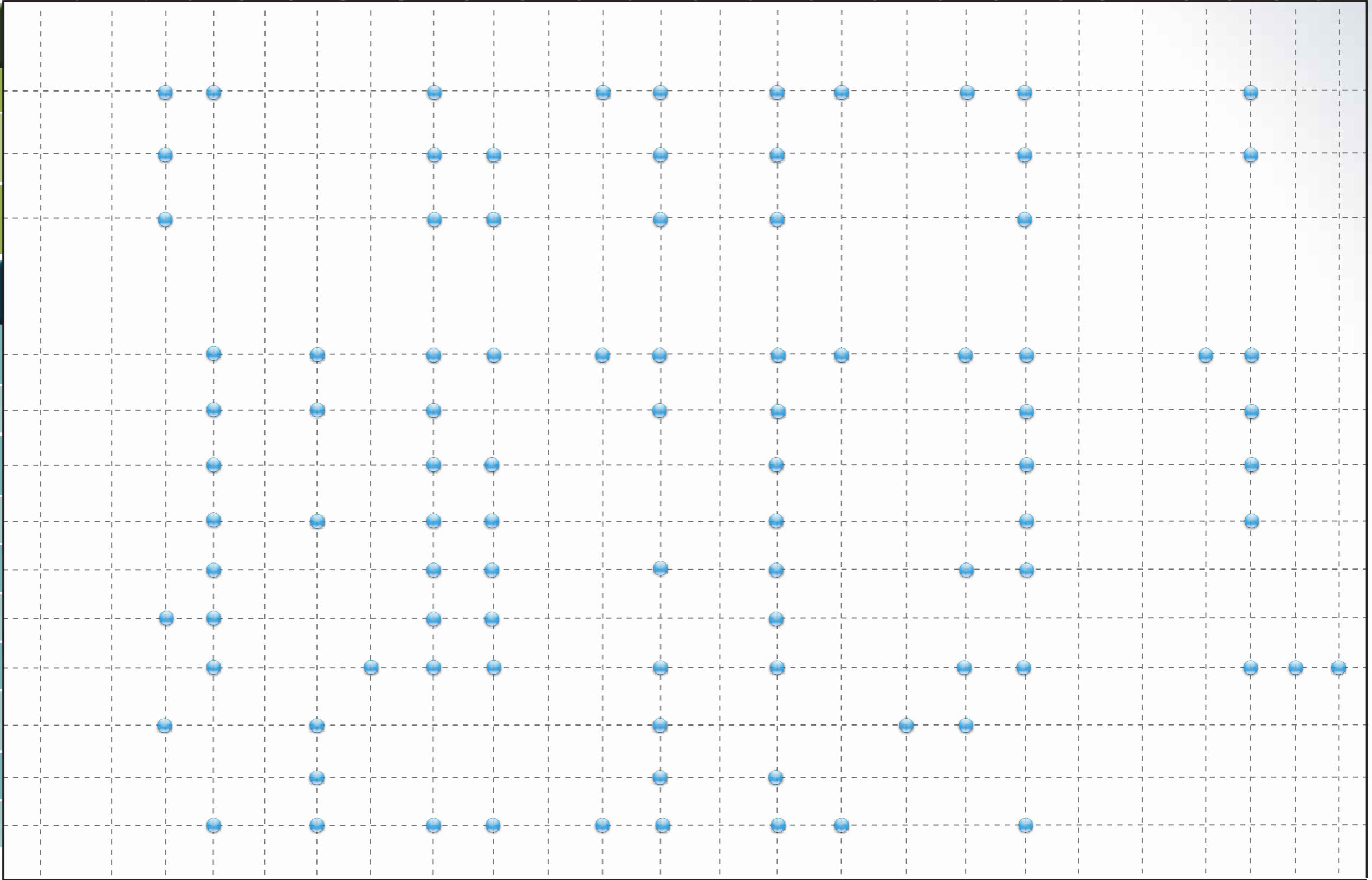
CASA CIVIL CONGER PGE SAGRI SEAD SEAM SECOM SEDETEC SEFAZ SEGOV SEIDS SEINFRA SEJUC SEPLAN SETRABE SETRAM SETUR SEMARH SSP DEFENSORIA SES SEED SEC SEEL

7ª DIRETRIZ: CRIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA AMBIENTAL E DE RECURSOS HÍDRICOS

- Educação Ambiental
- Gestão e Proteção Ambiental e de Recursos Hídricos
- Construção e Recuperação de Infra-Estrutura para o Saneamento Ambiental

8ª DIRETRIZ: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO SUSTENTÁVEL

- Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável
- Agricultura Irrigada
- Fortalecimento de Cadeias Produtivas Agropecuárias
- Agricultura Familiar
- Sergipe Competitivo
- Sergipe Inovador
- Competitividade do Turismo
- Desenvolvimento da Política Estadual de Transportes
- Luz Para Todos
- Formação de Capital Social



Pensando o crescimento



PLANEJAR PARA QUÊ?

PARA SOBREVIVER DIANTE DAS DIFICULDADES DA VIDA.

Uma das habilidades adquiridas pelos seres humanos e que nos torna distintos das outras espécies é a capacidade de planejar – ver na mente a possibilidade de outra realidade, a partir da atual, antes que ela realmente exista material e historicamente. Foi fazendo uso dessa habilidade que nós sobrevivemos: preparando e coordenando as ações do grupo de caçadores que alimentavam a comunidade, nos tempos das cavernas; preparando e coordenando as ações dos engenheiros e astronautas que visitaram a Lua ou a estação orbital, nos tempos das viagens espaciais; mais próximo do nosso cotidiano, preparando e coordenando as empresas e instituições públicas para produzir bens e serviços necessários à vida moderna, do alimento industrializado à novela na televisão.

PARA TRANSFORMAR A REALIDADE EM ALGO MELHOR.

Partimos sempre da situação atual, de algum aspecto que pretendemos melhorar, e preparamos ações, normas e procedimentos para buscar os insumos e recursos necessários para reorganizar o trabalho do grupo e mudar aquilo que não é satisfatório, alcançando a situação desejada de forma imediata ou aos poucos, conforme o caso exija mais ou menos tempo, trabalho e recursos.

PARA CUMPRIR A MISSÃO DO ESTADO.

O Estado representa, nas sociedades modernas, a mediação dos interesses entre o privado e o comunitário. Acima das necessidades das empresas e dos indivíduos está a sobrevivência da comunidade ou do país. Assim, o Estado garante os direitos e patrimônio dos indivíduos e das empresas, porém, diante de uma ameaça à saúde pública, ou à segurança pública, ou uma calamidade, guerra, dentre outras emergências, o Estado deve canalizar todos os recursos para os problemas públicos. Quem decide o limite entre os interesses privados e públicos é a Política, e no caso das democracias, na escolha popular através do voto, que consagra esta ou aquela proposta de governo. Os recursos públicos arrecadados através de impostos, taxas e contribuições podem ser empregados em diversas finalidades, dentre as várias funções de governo. Mesmo nas funções que são beneficiadas com Fundos específicos, como a Saúde e a Educação, a aplicação dos recursos pode resultar em serviços efetivamente prestados ao cidadão ou ser perdidos nas atividades-meio da burocracia; caso o serviço seja prestado, ele ainda corre o risco de ser ineficaz, isto é, não resolver aquele problema que é a sua razão de existir, ou corre o risco de ser ineficiente, gastando mais recursos que trazendo benefícios ao seu público-alvo. O Planejamento é o instrumento disponível para evitar que tais desvios aconteçam e que as decisões da Política e do voto democrático sejam efetivamente cumpridas.

PLANEJAR PARA QUEM?

PARA QUEM DECIDE O QUE É “UMA REALIDADE MELHOR”.

No tempo dos reis absolutos, o melhor era definido pelo rei e seus interesses estavam acima, até mesmo, da vida e da morte dos seus súditos. Nas democracias, a maioria decide, pelo voto, o que é “o melhor”: os partidos políticos e os candidatos a cargos executivos – Prefeitos, Governadores, Presidentes ou Primeiros-Ministros – elaboram Programas de Governo com suas idéias e projetos para melhorar a vida dos cidadãos e do país, divulgam esses Programas de Governo e a eleição decide qual proposta atende aos interesses da maioria da população. Nos dois casos, tanto na monarquia quanto na democracia, existem ministros, secretários, gerentes de toda espécie, cujo trabalho consiste em detalhar e implementar o Plano do Governo. Infelizmente esses técnicos muitas vezes se arvoraram em elite conhecedora da realidade e tomaram as decisões de acordo com seus interesses e sua visão do que é “o melhor”, sem ouvir a população, e surgiram os “Planos de Gabinete”. No Brasil, existe uma experiência de participação popular ainda maior na elaboração do plano e que permite ao povo escolher os seus investimentos prioritários para aplicar o dinheiro público: o Orçamento Participativo - OP. Nos municípios, é mais fácil de ver as decisões do OP em cada rua calçada, em cada posto de saúde construído. Nos estados, as decisões são mais amplas, envolvendo maiores porções dos territórios, como estradas, adutoras de água, estações de esgoto, dentre outras obras. Os planos podem, ainda, ser bem ou mal implementados, atingindo ou não as suas metas e cumprindo ou não os seus objetivos. Assim, o monitoramento dos resultados da implantação do plano é parte fundamental do trabalho de planejar e cumprir os compromissos assumidos pelo voto.

PARA QUEM RECEBE O IMPACTO DAS DECISÕES.

Muitas vezes uma meta do plano, para ser atingida, depende de ações que mudam a vida de algumas pessoas de forma imediata. Nos governos autoritários, a razão de Estado é suficiente para passar por cima de todos, mas a democracia indica que o melhor caminho é sempre negociar, fazer um pacto onde o benefício seja o maior possível e o prejuízo o menor possível para todos. Cabe ao Estado fazer essa mediação. Assim, uma outra maneira de garantir a participação popular é o sistema de audiências públicas, que ouve a população mais diretamente atingida por uma ação do governo, tira suas dúvidas sobre essa ação e incorpora as sugestões dos cidadãos. Esse sistema dificulta o mau uso do dinheiro público, impedindo os governos de atender a interesses de particulares em prejuízo da maioria, e garante uma maior qualidade das ações de governo, pois atende às demandas do público-alvo da ação. Assim, o trabalho técnico no setor público deve sempre estar a serviço dos interesses da maioria da população.



COMO SE ELABORA UM PLANO ESTRATÉGICO?

CONCEITO DE PLANO ESTRATÉGICO.

Um plano expressa um desejo, alguma meta que se quer atingir, um sonho a realizar, uma melhoria de vida. Assim, todos os planos têm um ou mais objetivos e partem de um diagnóstico da realidade vivida. O adjetivo “estratégico” indica que se trata de um plano especial, que muda a essência da realidade na ótica de um sujeito das ações bem definido, que se realiza num prazo maior de trabalho. Que suas ações são mais complexas e que seus resultados são mais difíceis de medir e avaliar, pois estão em jogo mudanças profundas no modo de fazer as coisas. Ao mesmo tempo, para promover essas mudanças, ele deve ser suficientemente claro para que todos os envolvidos compreendam bem o que está acontecendo e se comprometam com as ações e seus resultados.

COMPONENTES DO PLANO ESTRATÉGICO.

A visão estratégica é definida por um sujeito, protagonista do processo de planejar. Assim, quem planeja é tão importante quanto para quem se planeja. A democracia participativa busca unir esses dois elementos: o planejador e o beneficiário do plano deveriam estar bem próximos ou ser os mesmos cidadãos em etapas importantes do processo. Da mesma forma, quem vai executar o plano – o gestor – precisa participar das decisões para estar comprometido com elas, garantir a avaliação e monitoramento dos resultados e fazer a correção de rumo quando for necessário. Assim, nas técnicas mais modernas de gestão, há uma convergência entre os atores: beneficiário, planejador e gestor passam a dividir o mesmo espaço e interagem continuamente, garantindo aderência aos objetivos (pelo monitoramento) e qualidade nos resultados (pela retroalimentação) do plano. Ver figura 02.

ETAPAS DO PLANO ESTRATÉGICO.

Tudo começa com um conhecimento razoável sobre a realidade vivida e percebida, interna e externamente à organização que está planejando. Quais os valores que nos guiam, as atitudes que a sociedade ou o mercado podem esperar de nós? Qual a nossa função nesse espaço amplo de sobrevivência coletiva, altamente competitivo? Que Missão nos compete executar nesse conjunto? O futuro que podemos construir, se trabalharmos duro e de forma coordenada, está explicitado na Visão de Futuro. Com a identificação dos problemas e suas causas que o diagnóstico nos proporciona, podemos traçar as diretrizes estratégicas, as principais linhas de ação, os programas, projetos, indicadores de resultados e metas. A confusão entre problema e causa é o responsável número 1 pelo fracasso dos planos, pois leva a decisões erradas e desperdício de recursos, atuando sobre os espaços errados (figura 04). Por exemplo, problema é a criança desnutrida e para resolver esse problema não se elimina a criança e sim as causas da fome e da desnutrição: no curto prazo, ofertando alimentos na merenda escolar, Bolsa Família, etc.; no longo prazo, com educação, saúde, habitação, inserção dos pais no mercado de trabalho, empreendedorismo e microcrédito, dentre outros. Essa etapa se chama diagnóstico e está apoiada pela análise dos processos sociais, econômicos e organizacionais. O produto do diagnóstico é a elaboração do Plano Estratégico. É fundamental distinguir, entre todas as ações possíveis, aquelas prioritárias para atingir as metas, seja porque são mais eficazes ou seja porque são mais eficientes (mais baratas proporcionalmente aos benefícios gerados). Em seguida, vem a etapa de execução do plano e seu monitoramento. A avaliação permite revisar as decisões e corrigir o rumo do plano antes que ele fracasse. O ciclo só se completa quando os resultados são aqueles esperados e planejados. Ver figura 03.

FIGURA 02 – MODELOS DE GESTÃO

GOVERNO TRADICIONAL



GOVERNO DA MUDANÇA



FIGURA 03 – ETAPAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

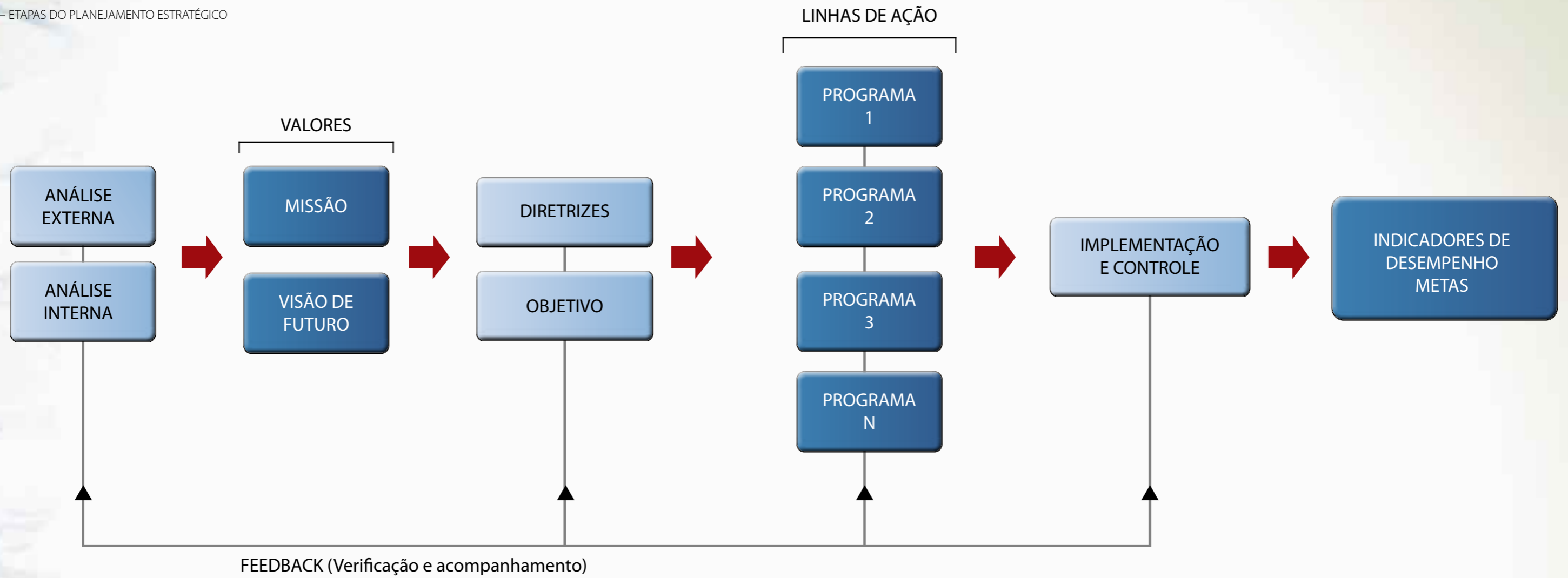
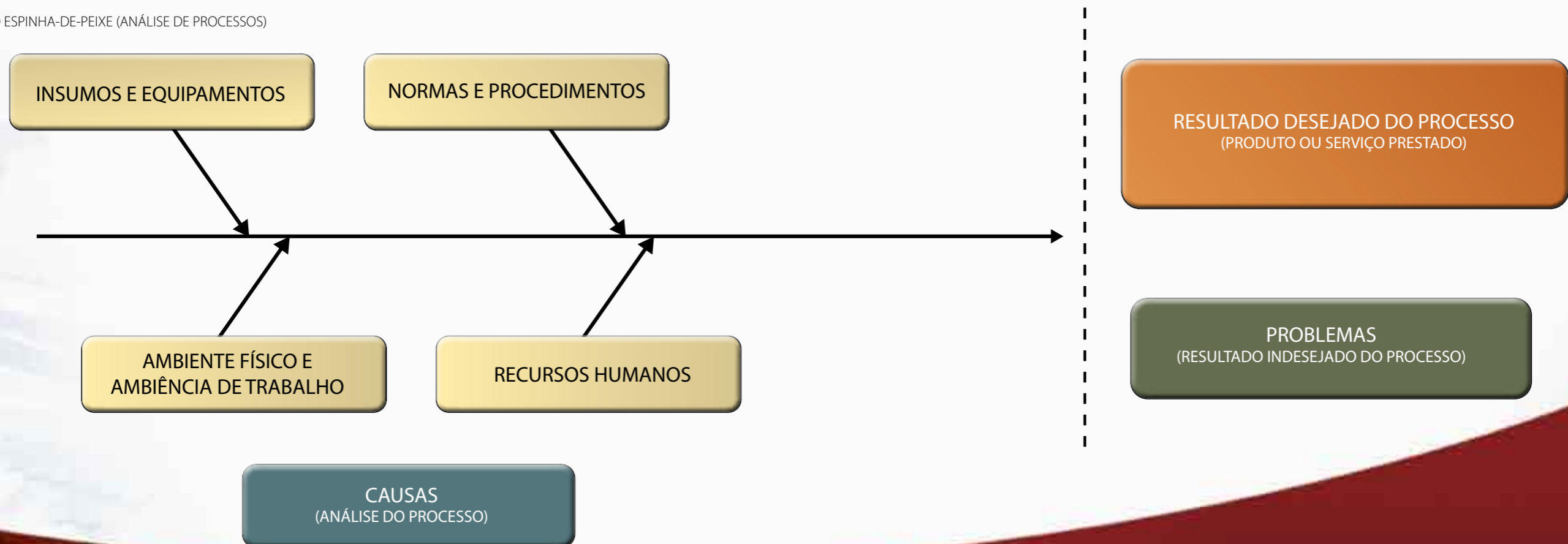


FIGURA 04 – GRÁFICO ESPINHA-DE-PEIXE (ANÁLISE DE PROCESSOS)





COMO SE AVALIAM OS RESULTADOS?

SEM UMA META, COMO SABEREMOS QUE CHEGAMOS NO LUGAR CERTO?

Quando se traçam as diretrizes estratégicas, devem ser estabelecidos os objetivos das ações (ou medidas, providências) e as metas a serem atingidas. As metas são definidas a partir de indicadores de desempenho, isto é, números que medem o resultado de um processo de trabalho, segundo uma fórmula conhecida e com um responsável pela geração daquela informação ou estatística. Ainda utilizando a figura 04, por exemplo, podemos imaginar que o produto do processo de trabalho que oferta serviços de educação básica, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, é fazer com que 100% das crianças com até 18 anos de idade concluam os 9 anos do ensino básico. Assim, indicadores de crianças fora da escola, de atraso nas séries, de reprovação e evasão são indicadores importantes para planejar as ações de melhorias na educação básica, mas nada substitui o resultado final: entre todos os jovens de 19 anos em Sergipe, quantos concluem o ensino básico? Essa taxa deve guiar todas as ações do governo voltadas para o ensino público de nível básico.

O TEMPO FAZ PARTE DA EQUAÇÃO.

O prazo é fundamental para avaliar se o plano está dando os frutos desejados. Não podemos esquecer que o atraso no atingimento das metas representa prejuízos de todo tipo: financeiros, sociais, motivacionais, a fé no trabalho pode ser perdida. Continuando o exemplo da educação, podemos planejar atingir metas parciais ao longo do tempo, pois muitos fatores interferem na frequência e aprovação dos alunos e muitos são os atores envolvidos: família, município, equipe pedagógica, dentre outros; essas causas e parcerias devem ser trabalhadas por etapas, começando pelas de maior impacto – por exemplo, a necessidade de trabalhar indica que uma ação como o Bolsa Escola pode ser interessante. Ao final de 4 anos, que percentual podemos atingir? Ao final de 8 anos, até onde podemos chegar? A cada ano o plano deve ser revisado e corrigido, pois as causas do problema podem mudar ao longo do tempo e as ações propostas podem não ter o resultado desejado. Assim, cada gestor precisa conhecer bem o produto ou serviço que deve entregar à população e saber avaliar se o resultado do seu trabalho está de acordo com o desejo do seu usuário, seja ele o governador, o jovem, a sua família, os cidadãos eleitores. O tempo para atingir as metas deve ser negociado, com pés na realidade, e esse pacto deve ser sistematicamente revisto e validado.

CADA META TEM UM GESTOR RESPONSÁVEL.

Quando o plano está sendo executado, o gestor deve monitorar seu processo de trabalho e avaliar os resultados para evitar surpresas desagradáveis. Se houver problemas, isto é, os resultados não são aqueles esperados e pactuados, é importante analisar o processo de trabalho e encontrar as causas dos problemas: pode ser falta de capacitação dos empregados, pode ser a falta de procedimentos adequados, pode ser uma parceria que não está indo bem. O importante é corrigir a ação e garantir que as metas sejam atingidas. Quem deve fazer esse trabalho de forma permanente é o gestor, mobilizando a equipe e provendo as condições necessárias ao trabalho de forma realista.

O LÍDER DO PLANO ESTRATÉGICO AVALIA O TRABALHO DE TODOS OS GESTORES.

O líder do processo de Planejamento acompanha o desempenho de todos os gestores responsáveis por metas específicas e consolida todos os resultados na avaliação das diretrizes estratégicas e na consecução da Missão da organização que ele lidera. Se as diretrizes ou políticas não se materializam nas metas – produtos e serviços executados – a Missão da organização fica comprometida. Quando as metas não são atingidas e as políticas não são implementadas, o líder pode retirar a delegação dada ao gestor e intervir diretamente no processo de trabalho. A sua responsabilidade principal é fazer cumprir a Missão da organização, respeitar os seus valores e lutar para que a Visão de Futuro se transforme em realidade, ou seja, que o Plano Estratégico seja bem-sucedido. Ele também é avaliado pelos seus públicos-alvo, sejam eles clientes de uma empresa ou os cidadãos-eleitores de uma sociedade democrática.

Para a concretização deste Plano Estratégico, o estado conta com o empenho e dedicação das seguintes secretarias e órgãos:

1. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Sergipe
2. Controladoria-Geral do Estado
3. Defensoria Pública Geral do Estado
4. Escritório de Representação do Estado de Sergipe em Brasília
5. Procuradoria-Geral do Estado
6. Secretaria Especial da Articulação Política e das Relações Institucionais
7. Secretaria de Estado da Administração
 - a. Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe – IPESPVIDÊNCIA
 - b. Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe – IPESSAÚDE
8. Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
 - a. Departamento Estadual de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – DEHIDRO
 - b. Departamento Estadual do Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – DEAGRO
9. Secretaria de Estado da Casa Civil
 - a. Agência de Tecnologia da Informação de Sergipe – AGETIS
 - b. Gabinete de Gestão
 - c. Gabinete Militar
10. Secretaria de Estado da Comunicação Social
11. Secretaria de Estado da Cultura
12. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia
 - a. Junta Comercial do Estado de Sergipe – JUCESE
 - b. Companhia de Desenvolvimento Industrial de Recursos Minerais de Sergipe-CODISE
 - c. Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe – ITPS
 - d. Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - FAPITEC
13. Secretaria de Estado da Educação
 - a. Fundação Aperipê de Sergipe – FUNDAP/SE
14. Secretaria de Estado do Esporte e do Lazer
15. Secretaria de Estado da Fazenda
 - a. Banco do Estado de Sergipe – BANESE
16. Secretaria de Estado de Governo
 - a. Departamento Estadual de Serviços Gráficos de Sergipe – DEGRASE
17. Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
 - a. Coordenação de Defesa Civil
 - b. Fundação Renascer do Estado de Sergipe
18. Secretaria de Estado da Infra-estrutura
 - a. Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO
 - b. Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe – DEHOP
 - c. Departamento Estadual de Infra-estrutura Rodoviária de Sergipe – DER
 - d. Sergipe Energias Renováveis e Gás – SERGAS
19. Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
20. Secretaria de Estado das Cidades e da Integração Municipal
21. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
 - a. Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA
22. Secretaria de Estado do Planejamento
 - a. Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe – PRONESE
23. Secretaria de Estado da Saúde
 - a. Instituto de Hemoterapia e Atividades do Laboratório Central de Saúde Pública “Parreiras Horta” – HEMOLACEN
 - b. Fundação Estadual de Administração de Serviços de Saúde Médico-Hospitalar de Sergipe – FAZ-SAÚDE
24. Secretaria de Estado da Segurança Pública
 - a. Polícia Civil do Estado de Sergipe
 - b. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe
 - c. Polícia Militar do Estado de Sergipe
25. Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social
26. Secretaria de Estado do Turismo
27. Secretaria de Estado dos Transportes e da Integração Metropolitana
 - a. Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe – DETRAN/SE



O Planejamento Estratégico deve ser visto pelos gestores públicos como uma ferramenta fundamental para estabelecer quais serão os caminhos que devem ser seguidos pela administração pública, de modo a adequá-la às políticas do governo.

É fundamental para a nova gestão que se inicia apontar com clareza os novos horizontes da administração do Estado de Sergipe, a fim de concentrar esforços e mobilizar recursos em direção a um modelo de gestão pública eficiente e comprometida com a população sergipana.

Neste contexto, o presente documento definiu quais serão os caminhos que devem ser seguidos pela administração pública estadual, de modo a tornar realidade a nossa Visão de Futuro:

SERGIPE SERÁ RECONHECIDO COMO UM ESTADO QUE PROMOVEU A INCLUSÃO SOCIAL E REDUZIU AS DESIGUALDADES TERRITORIAIS MEDIANTE UMA NOVA CULTURA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DE GESTÃO PÚBLICA, A GARANTIA DO ACESSO UNIVERSAL AOS SERVIÇOS PÚBLICOS, O APOIO AFIRMATIVO ÀS POPULAÇÕES COM NECESSIDADES DIFERENCIADAS E UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Juntamente com o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável, o Plano Estratégico será materializado como Plano Plurianual do Estado, utilizado como instrumento de gestão capaz de direcionar a atuação estatal na definição e implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais.

A implementação deste plano está apoiada em dois pilares: a universalização dos direitos e o desenvolvimento econômico em todo o estado, que são desmembrados em 8 diretrizes e 40 programas estratégicos.

O próximo passo será o detalhamento do plano de ação e a definição de indicadores e metas para todos os programas estratégicos, possibilitando, assim, um melhor acompanhamento, avaliação e correção de possíveis erros.

O modelo de Planejamento Estratégico utilizado na administração **SERGIPE, GOVERNO DE TODOS** e exposto neste documento deve ser visto como um instrumento dinâmico de Planejamento Estadual. Dessa forma, ele deve estar continuamente sujeito a ajustes e correções de rumo ao longo de toda a administração.

O sucesso deste plano depende do compromisso de todos os secretários, gestores, assessores e servidores públicos com os objetivos e metas traçadas, contribuindo, assim, para o cumprimento de seu maior compromisso: **A INCLUSÃO SOCIAL.**



**SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO**



SERGIPE
GOVERNO DE TODOS